

Universidades Lusíada

Vilar, Duarte, 1954-

25 de abril e a Revolução dos Cravos

<http://hdl.handle.net/11067/7932>

<https://doi.org/10.34628/GZ92-P790>

Metadados

Data de Publicação	2024
Editor	Universidade Lusíada Editora
Palavras Chave	Vilar, Duarte, 1954- - Biografia, Portugal - Política e governo - 1933-1974, Portugal - História - Revolução, 1974
Tipo	article
Revisão de Pares	Não
Coleções	[ULL-ISSSL] IS, n. 63 (2024)

Esta página foi gerada automaticamente em 2026-10-29T20:04:12Z com informação proveniente do Repositório

25 DE ABRIL E A REVOLUÇÃO DOS CRAVOS

APRIL 25TH AND THE CARNATION REVOLUTION

Duarte Vilar

*Diretor do CLISSIS, Centro Lusíada de Investigação em Serviço Social e Intervenção
Social*

DOI: <https://doi.org/10.34628/GZ92-P790>

Data de submissão / Submission date: 26.04.2024

Data de aprovação / Acceptance date: 30.04.2024

Eu e a minha família

Chamo-me Duarte Gonçalo Rei Vilar e nasci em 26 de agosto de 1954 em Cascais numa família de classe média baixa. O meu pai era funcionário administrativo na Câmara Municipal de Cascais e músico à noite, e a minha mãe era modista. Éramos 4 irmãos, todos rapazes, em 2 gerações separadas por 10 anos.

Vivi, portanto, cerca de 20 anos na ditadura que foi derrubada em 25 de abril de 1974. Até ganhar alguma consciência política, a visão que eu tinha do regime como criança e adolescente, era a de um regime sempre com as mesmas caras, todos homens, mais ou menos velhos e sempre muito sérios, eternamente os mesmos.

Para os meus pais, a atividade e as conversas sobre política era uma coisa essencialmente perigosa. As pessoas sabiam, sabia-se, que a PIDE torturava os presos e que tinha olhos e ouvidos por toda a parte. Os meus pais nunca tinham esquecido que um vizinho nosso, um lojista conhecido de Cascais, tinha sido levado no meio da noite.

O regime ditatorial 1926-1974

De facto, desde 1926, Portugal vivia sob um regime de ditadura, primeiro uma ditadura militar e depois, a partir de 1933, um regime de ditadura civil centrado na figura de Salazar. Este regime tinha surgido acompanhando o nascimento dos movimentos autoritários na Alemanha (nazismo), na Itália (fascismo), em Espanha (ditadura de Primo de Rivera) e, de uma forma geral o crescimento dos partidos e das ideias de extrema-direita em toda a Europa e não só.

Havia um único partido autorizado – a União Nacional, mais tarde chamada, já nos anos 60, de Ação Nacional Popular. Todas as outras organizações políticas eram ilegais e perseguidas.

Por outro lado, havia uma censura cultural muito eficaz, na imprensa, no teatro e cinema e noutros espetáculos, na rádio e, mais tarde, na televisão, impedindo quaisquer outras ideias que não fossem política ou moralmente adequadas à ditadura, impondo um pensamento único, bem expresso pela máxima de Salazar: tudo pela nação – nada contra a nação.

Outro pilar importante, no domínio das ideias, era a forte ligação entre a ditadura e a Igreja Católica, apoiando-se mutuamente na defesa de uma moral antiquada e conservadora em que, por exemplo, o divórcio ou os métodos contracetivos eram proibidos, e em que as mulheres deviam subordinar-se totalmente ao poder masculino.

Existia também um controlo muito apertado dos sindicatos, através de direções impostas pelo regime, e do afastamento de listas candidatas sobre as quais o governo não tivesse controlo.

A ditadura criou um sistema repressivo muito eficaz, essencialmente assente numa polícia secreta – a PIDE (Polícia Internacional e de Defesa do Estado) e na sua enorme rede de informadores que poderiam estar em toda a parte – nas empresas, nos cafés e restaurantes, nos transportes e nas coletividades.

Como foi dito, havia uma repressão implacável aos opositores, com a utilização sistemática da tortura, do assassinato seletivo, seguida pela condenação a penas de prisão dos opositores decretada pelos tribunais que eram todos afetos e controlados pelo regime.

Qualquer manifestação pública contrária ao regime era, também, severa e rapidamente reprimida pela polícia, nomeadamente em dias como o 1º de Maio, o 5 de outubro (comemoração da República) e, claro, nos períodos eleitorais, em que os comícios da oposição eram dispersos de forma sistemática.

O meu primeiro contato direto com este sistema repressivo, aconteceu no dia 1º de Maio de 1972, meses depois de entrar para a universidade. Tinha ouvido falar que no Rossio havia sempre tumultos e, por pura curiosidade, fui com um colega ver o que se passava. Ao passar à frente de uma esquadra de polícia que havia atrás do Teatro Nacional, fomos intimados a entrar na esquadra, fomos presos e passámos umas horas no Governo Civil de Lisboa onde um barbeiro nos cortou o cabelo “à escovinha”, porque ter

cabelos compridos era, desde logo, um sintoma de revolta. No dia seguinte, o meu pai, que só soube desta aventura anos mais tarde, felicitou-me por ter finalmente decidido ir ao barbeiro ...

Mas este regime não tinha que ver só, nem principalmente, com um conjunto de ideias de algumas pessoas poderosas sobre a sociedade, sobre a moral ou sobre o Estado. De facto, a ditadura defendia os interesses de grupos sociais em Portugal, desde os grandes grupos económicos da indústria e da banca, aos donos das grandes propriedades rurais e às elites locais de gente que tinham ou queriam ter algum poder, assim como as elites brancas nas colónias em África.

Portugal era, na altura, um dos países mais pobres da Europa: elevados índices de pobreza rural e urbana, baixos salários, difícil acesso à saúde, ausência de proteção social sobretudo na velhice e na doença, enorme nível de analfabetismo, emigração massiva, faziam parte da paisagem social portuguesa.

Alguns indicadores (1)	1974	2022
Esperança média de vida	67,1 anos	81,0 anos
Mortalidade infantil	37,9/1000	2,6/1000
Mortalidade materna	42,9/100000	8,8/100000
Número de médicos por 100000 hab.	122,1	576,9
Analfabetismo	1500000	300000
PIB per capita	9183,3 €	20217,3 €

Escolaridade (1)						
Ano	Pré-escolar	1º ciclo	2º ciclo	3º ciclo	Secundário	Superior
1974	8,3	84,9	26,0	17,8	4,9	81582*
2022	93,3	100	90,5	93,7	88,0	483517 **

* dados de 1978 em números absolutos ** dados de 2022 em números absolutos

A guerra colonial (1961-1974)

Nas primeiras décadas do Século XX e, sobretudo depois da 2ª Guerra Mundial, surgiram, nos territórios colonizados pelas potên-

cias europeias (Reino Unido, França, Holanda, Bélgica, Portugal e Espanha), movimentos que começaram uma luta pela descolonização e independência dessas colônias. Durante as décadas de 50 e 60, muitas daquelas potências deram a independência às suas colônias.

O governo português, imbuído de uma mentalidade imperial, recusou-se sequer a discutir esta ideia e recusou, inclusivamente, propostas de negociação que lhe foram feitas pelos movimentos independentistas antes dos conflitos terem começado.

O início da guerra colonial ou da guerra da libertação das colônias portuguesas iniciou-se em 4 de fevereiro de 1961 em Angola, com um ataque a uma prisão militar em Luanda e, em março desse ano, centenas de colonos portugueses foram mortos no Norte de Angola. Em dezembro de 1961, os territórios coloniais portugueses na Índia são atacados pelo exército da Índia, com a derrota das tropas portuguesas. Na Guiné, a guerra de libertação começou em 1963 e, em Moçambique iniciou-se em 1964.

Nestas três frentes vai-se desenrolar uma guerra que só vai acabar após o 25 de abril de 1974. Alguns números sobre esta guerra entre 1961 e 1974:

- 90% dos jovens entre os 20-25 anos foram mobilizados (800 mil) para a guerra (2)
- a guerra causou mais de 45 mil mortos entre a população civil, sobretudo africana (2)
- mais de 10000 jovens militares foram mortos (2)
- mais de 20 mil jovens militares ficaram deficientes (2)
- a guerra colonial custou mais de 21,7 mil milhões de euros aos contribuintes portugueses e consumiu anualmente cerca de 21% do Orçamento de Estado português. (3)

No final da década de 60, muitos militares portugueses pensavam que era impossível ganhar militar estas guerras e, por isso, deveria haver uma solução política que lhes pusesse fim. O descontentamento foi crescendo quer nas próprias Forças Armadas, quer em setores como os jovens estudantes, ou os movimentos católicos e sindicais.

O 25 de Abril, protagonizado pelo Movimento das Forças armadas (MFA), foi o resultado final deste processo de profundo descontentamento.

A minha participação na luta contra a ditadura (1971-1974)

Em 18 fevereiro de 1970, o meu irmão mais velho, oficial do Quadro do Exército (capitão de cavalaria) foi morto numa operação militar no Norte da Guiné, junto à fronteira com o Senegal. Tinha 28 anos e tinha 2 filhos pequenos. No final de 1969, quando veio passar um curto período de férias na nossa casa em Cascais, dizia claramente que não havia possibilidade de uma vitória militar na Guiné.

Esta morte foi uma tragédia enorme na minha família, e foi o início, para mim, de um processo de tomada de consciência sobre a injustiça do colonialismo português, das guerras dele decorrentes, e da natureza autoritária e injusta do sistema político que as justificava e alimentava à custa dos jovens e dos recursos nacionais.

Esta tomada de consciência não foi alheia ao descontentamento que se vivia e que já referi, dado que eu era um católico praticante e identificava-me com os movimentos de mudança na Igreja Católica, os chamados católicos progressistas.

Em 1970, comecei a dar aulas para adultos no Centro Cultural de Cascais, uma associação criada por jovens de Cascais que promovia, além da educação de adultos, atividades culturais e alguns debates. Um dos quais, a que eu assisti (teria uns 15 ou 16 anos), e em que se começou a discutir a guerra colonial, foi imediatamente interrompido por um membro da Legião Portuguesa (uma organização paramilitar do regime) que estava na sala.

Em 1971, integrei um grupo de colegas meus dos Salesianos (o colégio em que estudava) e em que se debatiam, livremente, muitos temas ligados à nossa condição juvenil.

Movimento estudantil

Em 1971 acabei o ensino secundário e entrei para o Instituto Superior Técnico (ou mais simplesmente conhecido por “Técnico”) e, a con-

vite de um amigo e colega, entrei para a Juventude Católica Universitária (JUC), uma organização ligada à Igreja onde se discutiam muito abertamente temas ligados à situação política e social que se vivia.

No Técnico, o movimento estudantil era como uma “zona libertada” com grande e efetiva liberdade de expressão, e muito politizada por organizações diversas que se opunham frontalmente ao regime.

O movimento estudantil era claramente contra a guerra colonial, até porque, nessa altura, e por ser insuficiente o número de oficiais profissionais (formados pela Academia Militar, pela Escola Naval e pela Força Aérea) os jovens rapazes quando acabavam a licenciatura eram recrutados como oficiais milicianos, com funções de comando das tropas. Muitos morriam ou eram feridos em combate.

Por outro lado, as universidades, como áreas “libertadas” e como terreno de ação dos grupos contra o regime, o que implicava uma grande exposição pública dos ativistas, eram frequentemente objeto de repressão política, com vagas de prisões e com repressão de quaisquer manifestações estudantis. Daí que a luta contra a repressão policial e pelas liberdades políticas era outro dos pontos fundamentais da revolta estudantil.

E eu estava com ela, de alma e coração.

Os meus anos do “Técnico” entre 1971 e 1974 foram, por isso, anos de intenso envolvimento na luta estudantil e foram, também, anos marcados, de forma igualmente intensa, pela repressão constante do governo da ditadura (agora sem Salazar mas com Marcelo Caetano, na sua continuidade).

Em 16 maio de 1972, contrariando a tradição de proibição da entrada em universidades, a polícia de choque invadiu o “Técnico” e o ISCEF (popularmente conhecido por “Económicas”, hoje ISEG). Quer num caso quer noutro, os estudantes barricaram-se e defenderam-se como puderam. Em Económicas houve vários feridos.

Na sequência destes incidentes, em junho de 1972, os estudantes do Técnico decretaram uma greve aos exames e a direção do IST chamou elementos da segurança, contratados pelo Governo para manter a ordem na Faculdade de Direito, e chamados de “gorilas” pelos estudantes.

Em outubro de 1972 alguns amigos meus, estudantes do Técnico, foram acusados de pertencerem a uma organização política clandestina, foram presos e torturados, e mais tarde julgados e condenados a vários anos de prisão.

Em 12 outubro de 1972, participei numa reunião estudantil em que se gerou uma situação confusa e anómala que levou à entrada de dois agentes da PIDE/DGS na sala. Os estudantes atacaram-nos e eles responderam a tiro assassinando o estudante de Direito José António Ribeiro Santos. Uma nova e grande vaga de prisões de ativistas estudantis aconteceu nos dias seguintes a esta morte.

As lutas estudantis continuaram durante todo o ano de 1973 e, em maio de 1973, o governo mandou encerrar a Associação de Estudantes do IST. A partir daí, e até ao dia 24 de abril de 1974, o Técnico esteve permanentemente ocupado pela polícia de choque, e os estudantes sujeitos a um controlo de entradas. Algumas dezenas de ativistas mais conhecidos foram expulsos do Técnico.

Como estava também identificado como um ativista, deixei de ir às aulas e nas únicas vezes que entrei no Técnico evitei o controlo de entradas saltando o muro.

Cascais

Como já referi, em 1970 comecei a dar aulas para adultos e a participar nas atividades do Centro Cultural de Cascais, entre as quais, debates, sessões de canto livre e de poesia.

Em finais de 1972, eu tinha 18 anos e era já um ativista contra o regime, mas não estava enquadrado ou organizado em qualquer uma das organizações clandestinas que lutavam contra o regime; foi nessa altura que um amigo meu de Cascais, esse sim organizado, me convidou a formar um grupo político clandestino em Cascais. Convidámos também outras pessoas ligadas ao Centro Cultural de Cascais para este grupo.

No essencial, o grupo procurava trazer novas pessoas para a luta contra a ditadura, nomeadamente vários trabalhadores das fábricas e empresas do Conselho de Cascais, e fazíamos ações de propaganda anti-regime e contra a guerra colonial. Uma vez pintámos

frases nos comboios da linha de Cascais. Outra vez fizemos o mesmo nos autocarros na empresa rodoviária que operava no Conselho de Cascais. Foram ações de propaganda bastante visíveis dado que os comboios e os autocarros circulavam e davam nas vistas.

Participámos também na CDE – Comissão Eleitoral Democrática, organização que integrava várias organizações políticas da oposição e que tinha um estatuto legal, embora cheio de entraves e limitações, nos anos eleitorais, como foi o caso em 1973. Nesse ano, elaborámos um manifesto ao povo de Cascais em que elencávamos os problemas existentes no Concelho, por exemplo na habitação ou nos transportes, e incentivávamos quem nos lia, a organizar-se e lutar pela solução destes problemas.

Por outro lado, recordo-me que participámos em reuniões com outros grupos que estavam também ligados ao trabalho cultural e comunitário, nomeadamente em bairros de barracas e outros contextos desfavorecidos e, também a nível estudantil, acabei por organizar um grupo no Técnico que estabeleceu ligação com grupos de estudantes de outras faculdades.

Particpei igualmente em ações de propaganda da organização a que estava ligado.

A organização que estava por de trás disto tudo nunca teve nome antes do 25 de Abril de 1974 e, por isso, era menos detetável pela PIDE. Era uma organização que reunia sindicalistas, estudantes e grupos católicos progressistas. Uma organização de esquerda socialista e que, assim se veio a chamar mais tarde: Movimento de Esquerda Socialista. Nas vésperas do 25 de Abril, elementos desta organização que eram oficiais milicianos, participaram nas movimentações que deram origem ao movimento militar vitorioso do dia 25 de Abril de 1974.

Concluindo

Sinto-me honrado e orgulhoso em ter dado o meu pequeno contributo às grandes mudanças sociais por que lutávamos e a que o 25 de Abril, como diz o poeta, abriu as portas.

Contribuímos para acabar com a guerra colonial, parando a sangria de jovens mortos, feridos ou que fugiam à guerra para outros países. A paz abriu as portas à independência dos países antes colónias portuguesas que, embora com muitas dificuldades, trilharam os seus caminhos.

Contribuímos para a construção de um regime democrático, sem censura e sem discriminações e com a possibilidade de cada cidadão ou cidadã dar também o seu contributo para as mudanças necessárias, mesmo tendo ideias diferentes entre si.

Contribuímos para uma sociedade mais justa e mais igual, embora haja ainda muitas desigualdades no nosso país, mas em que, lutar pelos direitos e pela igualdade deixou de ser ilegal e clandestino.

Tínhamos medo da prisão e tortura e éramos treinados para esconder as nossas atividades consideradas subversivas pelo regime ditatorial. Hoje vivemos num país livre da tortura e sem presos políticos.

Apesar das dificuldades, e do medo, éramos felizes lutando, porque a luta dava sentido às nossas vidas e porque nos sentíamos parte de uma torrente maior de mudança social e política.

E foi por isso, com toda a alegria e emoção, que no dia 25 de Abril de 1974 vimos cair um regime profundamente injusto, autoritário e anacrónico.

E esse dia foi, como diz o cantor, o primeiro dia do resto das nossas vidas.

Bibliografia

- FFMS. (2024). Indicadores de envelhecimento em Portugal. *PORDATA – Estatísticas, gráficos e indicadores de Municípios, Portugal e Europa*. Retirado Abril 23, 2024, <http://www.pordata.pt>.
- Sousa, Pedro Marquês (2012) Os números da Guerra de África: Angola, Guiné, Moçambique - mortos, feridos, armas e combates, custos, desertores, Lisboa, Guerra & Paz
- Ferraz, Ricardo (2019) Grande Guerra e Guerra Colonial: Quanto Custaram aos Cofres Portugueses? GEE Papers, n.º 122, Gabinete de Estratégia e Estudos, Ministério da Economia

